

Jornal: **Mirante**

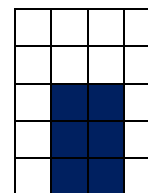
Periodicidade: **Semanal**

Tiragem: **80.000**

Data: **10/01/2012**

Secção: **Economia**

Página: **2**



Depois da tempestade vem a Bonança

Uma reforma fiscal implica sempre constrangimentos mas depois da fase inicial de alguma confusão tudo entrará na normalidade. É esta a convicção do director geral da Moneris Risa - Serviços de Gestão S.A., Jorge Pires, que adianta que os clientes que a empresa apoia estão a fazer a transição de uma forma tranquila.

Desde 1 de Janeiro de 2013 que a emissão de factura é obrigatória para todas as transmissões de bens e prestações de serviços, como um simples café, ainda que os adquirentes não a solicitem. Apesar do Ministério das Finanças garantir que não haveria tolerância alguns agentes económicos não se conseguiram adaptar ao sistema e estão a emitir as facturas segundo versões em vigor em 2012, continuando a emitir vendas a dinheiro, talões de venda e outros documentos similares. A nova lei (Decreto-Lei nº 197/2012) foi publicada a 24 de Agosto mas algumas questões só foram esclarecidas em portaria publicada a 28 de Dezembro, lembra Jorge Pires.

O cliente final passa a ter a possibilidade de deduzir cinco por cento do valor do IVA no seu IRS desde que peça a factura com o seu nome e número de contribuinte até um limite de 250 euros por agregado familiar.

Jorge Pires dá o exemplo de alguém que tome um café por dia e guarde as respectivas facturas durante um ano: "Para essa despesa anual de 219 euros



em cafés vai poder abater dois euros e cinco cêntimos no IRS". Mesmo para famílias com gastos significativos os benefícios fiscais não compensam. Para deduzir o máximo de 250 euros no IRS um agregado tem que gastar 26.740 euros.

Só serão elegíveis facturas da restauração, alojamento, serviços de alimentação e bebidas, institutos de beleza e oficinas de reparação de automóveis, motos e motocicletas, desde que as mesmas tenham sido comunicadas à Autoridade Tributária. A comunicação das operações sujeitas a IVA deve ser comunicada às finanças por via eletrónica, através de programa informático certificado pela autoridade tributária, directamente no Portal das Finanças ou em papel no caso de contribuintes de pequena dimensão e que não estejam obrigados a usar programas informáticos.

Jorge Pires vê esta medida como uma forma de combater a fraude e evasão fiscal. Presume-se que a economia informal ronde os 25 por cento mas Jorge Pires lembra que há países latinos onde a fuga é ainda maior e o sistema é mais apertado que o português. "Não há sistemas perfeitos".